CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 181/91 - PROC. DRE-6-SUL nº 1/91

INTERESSADA : EEPG "JOSÉ ROMEU DA SILVA"

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares (Professor com identidade de estrangeiro)

RELATORA : Consª CLEUSA PIRES DE ANDRADE

PARECER CEE Nº 1241/91 - CEPG - APROVADO EM 11/09/91

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

Trata o presente expediente de solicitação da Srª Diretora da EEPG "José Romeu da Silva", DE de Mauá, de convalidação de atos escolares praticados pelo professor - aluno João Licínio Domingues Clemente, nas 5ª E, 6ª série C, 7ª série B e 8ª série A da referida escola, no período de 03.05.90 a 06.07.90; ele era portador da autorização Nº412/90 e lecionava Português, em caráter excepcional, e a título precário, tendo apresentado, a época, para serem-lhe atribuídas as aulas, os seguintes documentos: - laudo médico, declaração de que era aluno cursando o 1º turno de Estudos Sociais na Universidade de Marília - Campus-Tupã e cédula de identidade de estrangeiro (português) nº W 682993 - J.

A escola esclarece que:

- a falta de professor da referida disciplina, por um longo período, causou preocupação e fez com que a direção da Escola se empenhasse em encontrar um substituto o mais rapidamente possível;

- elaborou a autorização para o mesmo lecionar, enviando a D.E. de Maua, para homologação, em caráter excepcional;

- ao elaborar a Portaria de Admissão, percebeu que a cédula de identidade apresentada era de estrangeiro (português) e em consulta a DE, esta informou que o mesmo não poderia ter assumido tais aulas, pois não possuía cidadania brasileira;

- diante disso, o professor deixou de ministrar as referidas aulas, em 06.07.90;

- durante o período de 03.05.90 a 06.07.90, o professor trabalhou regularmente, aplicando avaliações nos 1º e 2º bimestral;

- de acordo com o protocolado Consular nº 23037/90, anexo, o mesmo requereu sua cidadania junto aos órgãos competentes.

A supervisão de ensino é de parecer que sejam convalidados os atos escolares praticados pelos alunos das 5ª E, 6ª C, 7ª B e 8ª A conforme listagem anexa. A Sra. Delegada de Ensino acolheu o parecer da supervisão de ensino e encaminhou o Processo à DRE-6-Sul para as providências cabíveis.

As autoridades de ensino, nesse nível, acolhendo o parecer da Delegacia de Ensino propuseram o encaminhamento dos autos ao Egre gio Conselho Estadual de Educação para a convalidação dos atos escolares do professor.

Quanto ao fato dos alunos terem ficado sem aulas de Português, no período de 06.07.90 a 12.12.90, a COGSP esclareceu que esta determinando a todas as escolas que apresentaram lacunas curriculares, como a EEPSG "José Romeu da Silva", que procurem solucionar o problema pondo em pratica a mesma medida saneadora prevista na Resolução SE nº 328/89.

O Processo foi instruído com os seguintes documentos:

- Diário de Classe (xerox);
- Ata de avaliação bimestral;
- Livro de Ponto;
- documentos pessoais do professor;
- declaração e horário da Faculdade;
- Laudo médico;
- Relação nominal dos alunos.

2. APRECIÇÃO

Tratam os autos de pedido de convalidação de atos escolares praticados por Licínio Domingues Clemente, que lecionou, para as 5ª (E), 6ª (C), 7ª (B) e 8ª (A) séries do 1º grau do período noturno, o componente curricular Português, quando ainda cursava o 1º Turno de Estudos Sociais na Universidade de Marília, Campus de Tupã. A irregularidade residiu no fato de ser de nacional idade portuguesa e ter trabalhado no serviço público brasileiro desde 03.05.90.

O professor foi notificado a apresentar, em 07.07.90:

- o Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos obtidos no Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça, a fim de poder gozar dos direitos outorgados na Constituição.

- outros documentos necessários para poder regularizar sua situação funcional de admissão como professor da disciplina Português.

Consta nos autos que não foi deferida sua autorização para lecionar e o professor interrompeu suas atividades em 06.07.90.

Sem esses documentos, o professor ministrou 21 (vinte e uma) horas-aula semanais de Português nas seguintes series:-

<i>DISCIPLINA</i>	<i>SÉRIE</i>	<i>Nº ALUNOS</i>
<i>PORTUGUÊS</i>	<i>5ª E</i>	<i>35</i>
	<i>6ª C</i>	<i>32</i>
	<i>7ª B</i>	<i>42</i>
	<i>8ª A</i>	<i>41</i>

O envio deste protocolado ao CEE tem o objetivo de sanar irregularidades da vida dos alunos, visto que são os maiores prejudicados e não podem ser punidos por falta que não lhes cabe.

Causa-mos estranheza, no entanto, o seguinte fato: como é que pode um aluno estar estudando em Tupã, e ao mesmo tempo estar ministrando aulas nas proximidades de São Paulo, se a distancia aproximada é de 540 km? Trata-se de questão a ser encaminhada ao órgão competente.

Devem as Delegacias de Ensino, ao autorizarem os pedidos para lecionar, verificar com muito cuidado a documentação apresentada.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto:

- a) convalidam-se os atos escolares praticados por João Licínio Domingues Clemente na EEPSPG "José Romeu da Silva" DE de Mauá-DRE 6-Sul, no período de 03.05.90 a 06.07.90;
- b) DE de Maua deve observar a legislação sobre a matéria.
- c) Enviar cópia deste Parecer à Delegacia Regional do MEC, em São Paulo, para as providências cabíveis.

São Paulo, 20 de maio de 1991.

a) **Cons^a Cleusa Pires de Andrade**
Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Cleusa Pires de Andrade, Elba Siqueira de Sá Barretto, Maria Eloisa Martins Costa e Melânia Dalla Torre.

Sala da câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 31 de julho de 1991.

a) Cons^a MELÂNIA DALLA TORRE
VICE-PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de setembro de 1991.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente